

Sumário

Prefácio à Quarta Edição	xvii
NORMAS GERAIS RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.....	3
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989	11
<i>Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989	13
<i>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	14
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999	26
<i>Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras provisões.</i>	
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	30
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002	44
<i>Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002	47
<i>Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.340, de 22 agosto de 2002.....	52
<i>Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003	59
<i>Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SIS-NAMA.</i>	
Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007	61
<i>Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.</i>	
Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008	66
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES A PROTEÇÃO À FLORA	
Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.....	91
<i>Institui o Novo Código Florestal</i>	
Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979	102
<i>Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.</i>	
Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980.....	109
<i>Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.</i>	

X Sumário

Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	111
<i>Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984	113
<i>Dispõe sobre as Reservas Econômicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.754, de 14 de Abril de 1989	115
<i>Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências</i>	
Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990	116
<i>Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências</i>	
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990	117
<i>Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências</i>	
Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993	128
<i>Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998	130
<i>Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.662, de 8 de julho de 1998	135
<i>Dispõe sobre medidas a serem implementadas na Amazônia Legal, para monitoramento, prevenção, educação ambiental e combate a incêndios florestais.</i>	
Resolução nº 302, de 20 de março de 2002	136
<i>Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.</i>	
Resolução nº 303, de 20 de março de 2002	139
<i>Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.</i>	
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.....	142
<i>Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF e dá outras providências</i>	
Resolução nº 378, de 19 de outubro de 2006	168
<i>Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 379, de 19 de outubro de 2006	170
<i>Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA</i>	
Decreto nº 5.975 de 30 de novembro de 2006.....	173
<i>Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.....	179
<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007	189
<i>Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.</i>	

NORMAS PERTINENTES A PROTEÇÃO À FAUNA

Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967	203
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967	208
<i>Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.</i>	

Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979	221
<i>Estabelece normas para a prática didático-científica da viviseção de animais e determina outras providências.</i>	
Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987.....	222
<i>Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988	223
<i>Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 97.633, de 10 de abril de 1989	225
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002	226
<i>Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES A TUTELA DO MEIO AMBIENTE	
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965	231
<i>Regula a ação popular.</i>	
Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985	236
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES AO ZONEAMENTO AMBIENTAL	
Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980	241
<i>Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988	244
<i>Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	
Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986	249
<i>Estabelece definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.</i>	
Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986	253
<i>Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento.</i>	
Resolução CONAMA nº 009, de 3 de dezembro de 1987	256
<i>Dispõe sobre a questão de audiências Públicas.</i>	
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997	257
<i>Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.</i>	
Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001.....	265
<i>Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.</i>	
Resolução nº 306, de 5 de julho de 2002.....	269
<i>Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.</i>	
Resolução nº 334, de 3 de abril de 2003.....	274
<i>Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos</i>	
NORMAS PERTINENTES AO CONTROLE DA POLUIÇÃO	
Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993.....	281
<i>Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.</i>	

Lei nº 9.055, de 1 de junho de 1995	285
<i>Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amiante e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.</i>	
Resolução conama nº 265, de 27 de janeiro de 2000	287
<i>Derramamento de óleo na baía de guanabara e indústria de petróleo</i>	
Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007	288
<i>Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS	
Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980.....	305
<i>Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989	307
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002	313
<i>Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras provi-dências.</i>	
NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO HÍDRICA	
Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934	359
<i>Decreta o Código de Águas.</i>	
Decreto nº 83.540, de 4 de junho de 1979	384
<i>Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	387
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000	398
<i>Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000	407
<i>Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002	416
<i>Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscaliza-ção da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob juris-dição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003	431
<i>Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003	435
<i>Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aqüi-cultura, e dá outras providências.</i>	

Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004	439
<i>Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.</i>	
Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005	442
<i>Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005	468
<i>Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.</i>	

NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR MINERAÇÃO

Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967	475
<i>Da nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas)</i>	
Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.....	495
<i>Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989	498
<i>Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 98.812 de 9 de janeiro de 1990	502
<i>Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências</i>	
Resolução/CONAMA/nº 009, de 6 de dezembro de 1990.....	507
<i>Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para Pesquisa Mineral.</i>	
Decreto no 3.358 de 2 de fevereiro de 2000	509
<i>Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996".</i>	

NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO SONORA

Resolução/CONAMA nº 001, de 8 de março de 1990.....	515
<i>Cria normas a serem obedecidas, referentes à emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades.</i>	
Resolução/CONAMA nº 002, de 8 de março de 1990	516
<i>Cria o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora.</i>	
Resolução/CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994.....	517
<i>Cria o selo-ruído como indicação do nível de potência sonora em aparelhos eletrodomésticos e dá outras provisões.</i>	
Resolução/CONAMA nº 17, de 13 dezembro de 1995	518
<i>Dispõe sobre o controle de emissão de ruídos em veículos automotores que sofreram modificações.</i>	
Resolução/CONAMA nº 20, de 24 de outubro de 1996	521
<i>Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes atmosféricos e ruídos emitidos por veículos automotores.</i>	
Resolução/CONAMA nº 242, de 30 de junho de 1998.....	523
<i>Cria limites máximos de ruídos em veículos com características especiais para uso fora de estradas.</i>	
Resolução/CONAMA nº 252, de 1º de fevereiro de 1999	524
<i>Cria critérios específicos para a fiscalização das emissões sonoras dos veículos que circulam por vias públicas.</i>	

NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR ENERGIA NUCLEAR

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.....	531
<i>Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências</i>	

Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977	537
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências</i>	
Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980	541
<i>Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997	543
<i>Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SEPRON), e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001	553
<i>Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indemnização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.</i>	

NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS

Resolução nº 002, de 22 de agosto de 1991 – CONAMA	561
<i>Dispõe sobre adoção de ações corretivas, de tratamento e de disposição final de cargas deterioradas, contaminadas ou fora das especificações ou abandonadas</i>	
Resolução nº 008, de 19 de setembro de 1991 – CONAMA	562
<i>Proíbe a entrada no País de materiais residuais à disposição final e incineração no Brasil.</i>	
Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996 – CONAMA	563
<i>Revoga a Resolução nº 37 de 30.12.1994 e dá outras providências.</i>	
Resolução Conama nº 257, de 30 de junho de 1999	579
<i>Estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.</i>	
Resolução Conama nº 258, de 26 de agosto de 1999	582
<i>Determina que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis.</i>	
Resolução Conama nº 307, de 5 de julho de 2002	585
<i>Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.</i>	
Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005	589
<i>Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre cargas contaminadas, deterioradas e outras</i>	

ESTATUTO DA CIDADE

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001	599
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
Medida-Provisão nº 2.220, de 4 de setembro de 2001	612
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006	615
<i>Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.</i>	

NORMAS PERTINENTES AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE

Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001	623
<i>Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras provisões.</i>	



Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.....	634
<i>Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos arts. 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002.....	645
<i>Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade</i>	
Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003	671
<i>Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.</i>	
Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003	673
<i>Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003.....	677
<i>Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.....	679
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005	691
<i>Regulamenta o art. 30 da Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005	699
<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES À CAMADA DE OZÔNIO	
Resolução nº 267, de 14 de setembro de 2000	721
<i>Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio</i>	
Resolução nº 340, de 25 de setembro de 2003	725
<i>Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.</i>	
NORMAS PERTINENTES AO MEIO AMBIENTE CULTURAL	
Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	729
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961	734
<i>Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.</i>	
CONVENÇÕES INTERNACIONAIS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	
Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica	741
Declaração de Estocolmo de junho de 1972	759
Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992).....	764

Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998	768
<i>Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992.</i>	
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.....	790
Decisões Adotadas pela Conferência das Partes (12ª Sessão Plenária, 11 de dezembro de 1997)	807
Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável.....	811

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Normas constitucionais aplicadas ao meio ambiente	817
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	835